

## EDITORIAL

Vol. 9, Núm. 24, set./dez., 2022

É com grande alegria que encerramos o **Volume 9** da Revista Culturas Jurídicas, periódico editado pelo Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF). O **Número 24** intitula-se “**Natureza, negritude e direitos humanos na América Latina**” e conta com importantes contribuições de autores/as brasileiros/as e estrangeiros/as, com conteúdos de interesse da comunidade acadêmica e da sociedade. Assim, ajudam a manter o padrão de excelência e internacionalização alcançado nas edições anteriores, que garantiu ao periódico o estrato **Qualis A4**, em nível de internacionalização, conferido pela CAPES.

A RCJ mantém a multidisciplinariedade que já lhe é característica e traz trabalhos que tratam de temas relevantes situados e relacionados nos debates contemporâneos na América Latina e no Direito Constitucional. Dessa maneira, há discussões sobre pandemia da COVID-19, direitos humanos, meio ambiente, direitos da natureza, negritudes, ensino jurídico, epistemologias decoloniais.

Nosso primeiro artigo é de autoria da Professora Doutora **Gina Chávez Vallejo** – doutora em *Derecho, Ciencias Políticas y Criminología* pela *Universidad de Valencia* (Espanha) e professora titular do *Instituto de Altos Estudios Nacionales* (Equador) – e intitula-se “**Nuevos paradigmas éticos en las políticas y la jurisprudencia sobre derechos de la Naturaleza**”. A autora trata do reconhecimento dos direitos da natureza positivados na Constituição equatoriana de 2008. A partir do conceito de *Sumak Kawsay*, ela sustenta que tais direitos possuem potencial de construir um paradigma alternativo, que rompa com o antropocentrismo e o capitalismo.

A segunda contribuição foi elaborada em coautoria pelo Professor Doutor **Gustavo Reis Ribeiro** – doutor em Direito pela *Maurer School of Law, Indiana University Bloomington* (Estados Unidos) e professor do Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB) –, pelo professor doutor **Ricardo García de la Rosa** – doutor pela *Université Jean-Moulin Lyon* (França) e professor do *Instituto Tecnológico Autónomo de México* (ITAM) – e pela pesquisadora **Gilda Nogueira Paes Cambraia** – mestranda em Direito pelo CEUB. O texto “**O acordo sobre a aplicação de medidas sanitárias e fitossanitárias e a eventual evolução do princípio da precaução frente à pandemia de COVID-19**”, a partir de uma analogia com o princípio da precaução, oriundo do

Direito Ambiental, relativiza a relação entre ciência e a adoção de medidas em situações de risco, analisando como se deu a aplicação do Acordo SPS no âmbito da OMS no contexto da pandemia da COVID-19.

Nosso terceiro artigo é da lavra da Professora Doutora **Luanna Tomaz de Souza** – doutora em Direito pela Universidade de Coimbra (Portugal) e professora da Universidade Federal do Pará (UFPA) – e intitula-se “**As negritudes amazônicas e os limites epistemológicos da criminologia crítica no Brasil**”. Por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, embasada em uma perspectiva dialética e decolonial, a autora avalia o estado da arte sobre as negritudes amazônicas e suas contribuições para a criminologia crítica. A conclusão é que ainda temos uma criminologia branca, masculina e calcada no eixo sul-sudeste.

O quarto trabalho deste número foi escrito pela Professora Doutora **Caroline Barbosa Contente Nogueira** – doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/RS) e professora da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) – e por **Acursio Ypiranga Benevides Júnior** - mestre em Direito no Programa de Constitucionalismo e Direitos na Amazônia – PPGDir da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Em “**Relação de bio-ancestralidade na Amazônia, a soberania e os tratados internacionais: CDB e convenção 169 da OIT, hermenêutica emancipatória e desenvolvimento**”, a autora e o autor analisam a questão da soberania dos povos indígenas e tribais sobre o patrimônio genético e os saberes amazônicos a eles associados. Para tanto, valem-se de metodologia hermenêutica e pesquisa bibliográfica.

Nosso quinto trabalho é da lavra do Professor Doutor **José Sebastião de Oliveira** – doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e professor do Centro Universitário do Maringá (UNICESUMAR), Paraná – e da pesquisadora **Anara Rebeca Ciscoto Yoshioka** – mestranda em Ciências Jurídicas pela UNICESUMAR. Intitula-se “**O agravo da violência obstétrica contra as mulheres negras e a promoção dos direitos da personalidade diante do princípio constitucional da igualdade no Brasil**”. A autora e o autor analisam se há agravo das práticas de violência obstétrica sofridas por mulheres negras em razão de racismo e, caso positivo, se há políticas públicas eficazes no combate à desigualdade. Para tanto, utilizaram-se do método hipotético-dedutivo e de pesquisa bibliográfica.

Nossa sexta contribuição foi desenvolvida em coautoria pelo **Nairon Antognolli** - Mestrando e graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade

Católica de Campinas (PUC-Campinas) – e pelo Professor Doutor **Vinicius Gomes Casalino** – doutor em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) e professor da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) –, que redigiram o texto **“O conceito de liberdade na dialética negativa: elementos para a ressignificação dos direitos fundamentais”**. Os autores analisam o conceito de liberdade na obra de Theodor W. Adorno, a fim de ressignificar esse direito fundamental da forma que é concebido pela Teoria Tradicional, apresentando uma compreensão crítica desse conceito.

O sétimo artigo é fruto de trabalho conjunto entre o professor doutor **Júlio César de Oliveira Vellozo** – doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie - e a Professora Mestra **Julia Cunha** – doutoranda e mestra em Teoria Literária e Literatura Comparada pela Universidade de São Paulo (USP) e professora da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Intitulado **“A justiça enquanto problema: uma leitura de *Grandes esperanças*”**, o texto aborda como o sistema judiciário inglês é representado no romance de Charles Dickens, a fim de desmistificar o senso comum que vigora na Europa, desde o século XVIII, de que a Constituição inglesa teria conseguido construir uma sociedade livre.

Por fim, nossa oitava e última contribuição foi escrita em coautoria pelo professor doutor **Taiguara Libano Soares e Souza** – doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), professor do Programa de Pós-graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC-UFF) – e por **Bruno Dixon de Almeida Maciel** – mestrando pelo PPGDC-UFF e defensor público no Estado do Maranhão. O artigo intitulado **“O instituto do estado de coisas inconstitucional e sua compatibilidade com a ordem jurídica brasileira: balanço das medidas cautelares fixadas pelo STF na ADPF 347”**, a partir da análise da ADPF 347, avalia se o instituto do estado de coisas inconstitucional (ECI) é compatível com o ordenamento jurídico brasileiro, valendo-se de inflexões com as experiências das cortes estadunidense e colombiana.

Na seção “Entrevistas”, apresentamos o texto **“O ensino jurídico no Brasil: entrevista com Alberto Venâncio Filho”**, fruto do trabalho de investigação de **Ariel Engel Pesse** – Doutorando em Teoria Geral e Filosofia do Direito pela Universidade de São Paulo (USP) e pesquisador visitante na Universidade de Harvard, EUA, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

(FAPESP) – e da sua interação com o referido jurista e historiador, Alberto Venâncio Filho, ocupante da cadeira n. 25 da Academia Brasileira de Letras (ABL).

Dessa maneira, esperamos que a RCJ, com a publicação deste **Número 24**, mais uma vez ofereça importantes contribuições para a comunidade acadêmica e toda sociedade. Novamente, nosso muito obrigado aos autores e às autoras que nos brindaram com seus trabalhos. Nesse sentido, lembramos a todos/as os/as interessados/as em publicar conosco que a RCJ está sempre de portas abertas para receber artigos de qualidade que auxiliem para o fortalecimento das culturas jurídicas e que abordem criticamente temas atuais e relevantes para a sociedade em geral.

**Prof. Dr. Enzo Bello**

(Editor-Chefe da RCJ)

**Mestranda Ana Carolina Vasconcelos de Medeiros Chaves**

(Editora-Assistente da RCJ)

**Mestranda Ana Luiza de Moraes Gonçalves Correia**

(Editora-Assistente da RCJ)

**Mestranda Ana Luiza Pinage Barbosa**

(Editora-Assistente da RCJ)

**Mestranda Bianca Batista Craveiro**

(Editora-Assistente da RCJ)

**Mestra Caroline Matias Gabriel**

(Editora-Assistente da RCJ)

**Mestra Cecília Bojarski Pires**

(Editora-Assistente da RCJ)

**Mestrando Fhylpe Nascimento de Moraes:**

(Editor-Assistente da RCJ)

**Mestranda Isabelle de Azeredo Silva**

(Editora-Assistente da RCJ)

**Mestrando Josué Alves Gouvêa Filho**

(Editor-Assistente da RCJ)

**Mestranda Julliana Cristina Cordeiro Pereira**

(Editora-Assistente da RCJ)

**Mestra Kelda Sofia da C. S. Caires Rocha**

(Editora-Assistente da RCJ)

**Mestranda Letícia Pereira de Araujo**

(Editora-Assistente da RCJ)

**Mestrando Lucas Pedrosa Castellar Pinto**

(Editor-Assistente da RCJ)

**Mestranda Lucilene Rodrigues do Nascimento da Silva**

(Editora-Assistente da RCJ)

**Mestrando Octávio Nicolas Carreno Moran**

(Editor-Assistente da RCJ)

**Mestra Pamela Mota Conte Campello**

(Editora-Assistente da RCJ)

**Mestre Renato Barcellos de Souza**

(Editor-Assistente da RCJ)

**Mestre Vitor Fraga da Cunha**

(Editor-Assistente da RCJ)